

ENCERRAMENTO

Senhora Secretária de Estado

Começo por cumprimentá-la, muito lhe agradecendo que tenha vindo encerrar este Seminário.

Não vou obviamente fazer um resumo das sessões, seria desvalorizar o que foi apresentado. Com real interesse, o que deixo aqui é a promessa de que todas as contribuições serão publicadas pelo Conselho: pedindo por isso aos intervenientes que nos façam chegar os seus textos o mais depressa possível. Para além do nosso benefício, podendo reflectir melhor sobre o que foi dito, será possível fazê-lo chegar a uma audiência muito mais ampla: a audiência de todos os que não puderam estar presentes no Conselho Nacional de Educação.

Numa avaliação geral, pode-se dizer que o Seminário teve um grande êxito, correspondendo à expectativa que tínhamos sobre o nível das intervenções e excedendo-a no que respeita à afluência verificada. Como aspecto negativo, será de referir que tivemos um programa demasiado carregado, que não deixou por isso tempo bastante para debate.

Para além disso, há alguns pontos que gostaria de sublinhar.

Em primeiro lugar, sublinhar a riqueza e a actualidade da informação fornecida, quer no plano estatístico, quer no plano do conhecimento de outras realidades.

Um outro aspecto a sublinhar será o da consideração integrada de abordagens, por participantes a títulos diferentes. Sendo menos frequente aqui no Conselho a participação de responsáveis de grandes empresas, compreenderão que sublinhe o relevo dos seus testemunhos pessoais sobre as necessidades de educação e formação profissional.

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

Uma outra tônica que sobressaiu foi a de que tem de haver uma noção aprofundada e alargada de formação. Por um lado, as novas exigências da sociedade obrigam a que haja um conhecimento técnico aprofundado, com uma formação muito especializada; mas, por outro lado, é indispensável que não deixe de haver uma visão alargada das coisas. Foi interessante ouvir o presidente de um grupo evidenciar, com o seu testemunho, que só uma formação básica larga permite que a pessoa rapidamente se adapte a novos desafios. Mesmo para a aprendizagem ao longo da vida, tem de haver essa grande capacidade de absorção de novos conhecimentos, com uma visão aprofundada e alargada das coisas, que permita que se vá correspondendo ao que vai aparecendo de novo.

Um quarto ponto que creio foi interessante, pelo menos para mim, foi o testemunho de experiências à cerca da motivação que só pode ser conseguida com um grande entendimento entre os responsáveis máximos e os trabalhadores dos mais diversos escalões. A necessidade da proximidade que leva à motivação foi testemunhada com exemplos muito interessantes. Para além da qualificação técnica que se possa ter, há pois um problema básico de empenhamento e motivação. Trata-se de empenhamento e motivação que serão conseguidos se, mesmo em empresas grandes, houver uma maior proximidade e uma melhor percepção dos problemas.

A quinta nota, sabida mas também interessante e com grande actualidade, foi a da compreensão de que é difícil ao Estado alargar a sua participação, designadamente no nosso país, onde é já destinada à educação uma percentagem dos recursos públicos superior à dos demais países da União Europeia. Como sou professor, tenho de achar que ganho pouco e de estar bem ciente de que são insuficientes os recursos das nossas escolas, todos sentindo certamente o mesmo. Mas comparando com o que se passa lá fora e nos outros sectores temos que ter realismo. Não deixando de julgar que deve haver algum acréscimo para a educação, há um grande esforço de racionalização a fazer, em que todos temos responsabilidade. Sinto-o por mim, tendo, além destas honrosas funções no Conselho Nacional de Educação, responsabilidades de gestão numa escola pública. A minha preocupação diária é de rentabilizar os recursos de que disponho. Foi aliás

dito, sendo também uma nota deste seminário, que “um período de crise é bom para obrigar a racionalizar”. Temos que ter todos bem a noção disso, muito em especial quem é responsável por um serviço público.

Numa linha próxima desta, ficou claro que é hoje em dia inquestionável que a satisfação do serviço público não pode caber apenas ao Estado. Assim está a ser entendido em relação à generalidade dos sectores económicos e sociais, da energia aos transportes. Um Estado moderno tem de ser cada vez mais um Estado regulador, que não pode ser omnipresente, substituindo-se à iniciativa privada, tantas vezes mais eficaz e levando à responsabilização e ao empenhamento das mais diversas forças sociais. Além do estabelecimento e da exigência de cumprimento de normas, a regulação exige igualmente (o que é esquecido com frequência) a promoção e o auxílio das várias actividades.

O caso da educação não pode ser diferente dos demais sectores, com a consideração ainda da liberdade de escolha dos cidadãos que só assim é assegurada.

Como é óbvio, com o apoio indispensável do Estado importa é que ninguém seja prejudicado por falta de meios financeiros no acesso desejado a qualquer estabelecimento, público ou privado. Mais em particular, na formação profissional, tem de haver uma grande participação dos empresários. Para além da formação de base, em que toda a sociedade civil tem que estar empenhada – o Estado e outras entidades –, na formação profissional é decisiva a participação das entidades empresariais, suas beneficiárias mais próximas. Trata-se de formação em que as empresas deverão estar pois naturalmente motivadas em participar, sendo feita nas próprias empresas ou em centros de formação profissional. Um dos empresários que participou mostrou, aliás, números esclarecedores quanto ao empenhamento da sua empresa em diversas actividades de formação, em alguns casos mesmo para além da formação ligada de imediato às suas necessidades.

Por fim, creio que neste seminário, preocupado com a problemática da produtividade, não deixou de estar sempre bem presente que a educação tem

o objectivo mais elevado de valorização plena do homem. Um indivíduo educado, culto, tem uma percepção e uma compreensão do mundo que o inculto não pode ter.

Mas o homem sentir-se-á mais realizado na sua plenitude se sentir que com a sua participação mais qualificada está a dar um contributo acrescido para o progresso económico e social. Tem por isso um especial significado que o Seminário seja encerrado pela senhora Secretária de Estado da Economia, que muito nos honra com a sua presença. Pela nossa parte, quero sublinhar apenas que o Conselho Nacional de Educação procurará continuar a contribuir, na medida do possível, para a uma melhoria da qualificação das pessoas, melhoria indispensável ao progresso do nosso país.

Dulce Franco*

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação

Minhas senhoras e meus senhores

Começo por agradecer o convite do senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação para estar aqui hoje, em representação do senhor Ministro da Economia, que apresenta as suas felicitações por esta iniciativa.

É com muito prazer que lhes dirijo algumas breves palavras nesta sessão de encerramento do Seminário *Educação e Produtividade*. Estou certa de que este fórum terá permitido abordar questões que considero essenciais para que a Educação – a todos os níveis e com o mais amplo sentido que o termo possa abarcar – possa responder aos problemas concretos da sociedade portuguesa e, nela, do tecido empresarial

Atravessamos actualmente um período particularmente exigente – em vários e múltiplos sentidos, e tanto a nível nacional como internacional – relativamente ao rigor das políticas públicas, mas em que simultaneamente não se devem deixar de implementar medidas fomentadoras e dinamizadoras de mudanças estruturais, tão necessárias ao desenvolvimento do país. E de entre essas mudanças – como já tenho tido oportunidade de referir em diversas ocasiões –, surge com proeminência a necessidade urgente que o país tem de um novo modelo de desenvolvimento económico assente na inovação.

O que não é – nem teoricamente nem na prática – cindível da Educação.

Efectivamente, tem-se tornado consensual a ideia de que a inovação é a chave para o acesso à competitividade, ao crescimento sustentável, à criação de empregos – de uma forma geral, ao desenvolvimento das sociedades modernas. Mas para que seja possível inovar é necessário criar competências próprias.

* Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia

É necessário apostar fortemente na educação, sobretudo em áreas chave, que permitam a criação de capital humano capaz de contribuir para que o país ultrapasse o fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos, nossos parceiros da União Europeia.

Muitas vezes se invoca o exemplo da Irlanda para ilustrar as mudanças que aquele país conseguiu realizar e como estímulo a determinadas reformas na economia. Não se deve fazer tal invocação sem mencionar, também, o enorme investimento feito na reforma educativa, simplesmente porque na génese do sucesso do modelo económico se encontra a reforma educativa levada a efeito.

Num relatório recente da Comissão Europeia sobre os progressos da Cimeira de Lisboa – onde os chefes de Estado e de Governo se comprometeram a reforçar a coesão social, assim como a fazer da União Europeia a economia baseada no conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo –, as posições que o nosso país ocupa em termos de habilitações em áreas científicas e tecnológicas, em termos de criação de patentes (só para citar alguns exemplos), deixam-nos apreensivos mas lúcidos acerca do muito que há a fazer.

Em Portugal, e apesar das melhorias introduzidas nos últimos anos, um dos maiores impedimentos ao aumento da produtividade (e consequentemente da competitividade) das empresas tem sido o capital humano. Infelizmente, o sistema educacional português ainda não consegue dar resposta cabal às necessidades efectivas das empresas.

Por outro lado, os agentes económicos não investem ainda significativamente na contratação de mão-de-obra altamente qualificada (com preparação académica superior), capaz de criar novos processos produtivos, novas tecnologias e novos produtos.

A continuar este caminho, o Estado português terá despendido milhões de euros para que alguns dos *nossos melhores* nunca se integrem na malha produtiva do país, cuja sobrevivência exige precisamente uma componente crescente de inovação tecnológica competitiva. Em matéria de Investigação

e Desenvolvimento, por exemplo, refira-se que a Suécia despende cerca de 3,8% do PIB – mais do que o Japão ou os Estados Unidos –, dos quais mais de 2/3 do investimento são privados. A média europeia é de cerca de 1,8% e em Portugal apenas de 0,8%, dos quais mais de 2/3 são investimento público.

É necessário inverter este rumo.

É necessário que os responsáveis pela Educação dialoguem com os responsáveis das empresas, que sejam identificadas as prioridades em termos de investimento formativo. O sistema de ensino – ao serviço do indivíduo e da sociedade – e os agentes económicos têm de estar atentos às evoluções que se registam e preparar as transformações necessárias.

É que o difícil não é só sentá-los (aos alunos).

Difícil tem também sido estabelecer estas pontes entre o sistema de educação e o tecido empresarial.

Difícil é provar as mudanças culturais que têm de se realizar.

Espero que o debate surgido ao longo deste Seminário tenha permitido identificar os novos caminhos.

Onde há uma vontade, há um caminho. Será necessariamente árduo. Será inevitavelmente mais extenso do que desejaríamos. Mas é absolutamente indispensável. Como é também indispensável que todos nós – e o país como um todo –, interiorize esta necessidade e a identifique como uma prioridade.

Não só porque é o que está certo, mas porque na realidade é imprescindível.

Muito obrigada.

C

CNE

CNE C